

# SOBRE AS PIONEIRAS:

## Gênero, Trabalho E Preconceito Na Polícia Militar Do Pará

ABOUT THE PIONEERS: GENDER, WORK AND PREJUDICE IN THE MILITARY POLICE OF PARÁ

Máurea Mendes Leite<sup>1</sup>  
Fernanda Valli Nummer<sup>2</sup>  
Luiz Fernando Cardoso Cardoso<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse artigo é um estudo de origem social e da trajetória profissional das oficiais policiais militares femininas e seu pioneirismo na profissão. Optou-se pela abordagem qualitativa de modo a identificar padrões socioculturais e o saber adquirido pela vivência, além das estratégias de sobrevivência, afirmação e autoproteção na carreira policial. Ouvindo seus relatos, percebe-se a herança identificadora da instituição pelas agentes, que mesmo na reserva preservam o *habitus* adquirido ao vestir a farda. Percebeu-se que as policiais sofrem violência quando são estigmatizadas como minoria, que seu trabalho é relegado à esfera administrativa, não havendo reconhecimento de suas habilidades, além ser percebido haver preconceito e discriminação pelas cotas de inserção e distribuição de cargos.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Gênero. Polícia militar. Mulheres – emprego. Discriminação no emprego.

### ABSTRACT

This article is a study of the social origins and career paths of female police officers and a pioneer professional. We opted for a qualitative approach to identify socio-cultural patterns and knowledge acquired by experience, beyond survival strategies, affirmation and self-protection in the police career. Hearing their stories we see the legacy of the institution by identifying agents, even in reserve preserve the habitus acquired when wearing the uniform. It was noticed that the police are abused when they are stigmatized as a minority, their work is relegated

<sup>1</sup> Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos pela UFPA, especialista em Defesa Social e Cidadania pela UFPA, Docente do Instituto de Ensino de Segurança do Pará. Capitão da Reserva da PMPA.

<sup>2</sup> Socióloga. Doutora em Antropologia Social pela UFRGS. Professora da Faculdade de Ciências da Universidade Federal do Pará.

<sup>3</sup> Pós-doutor em Antropologia Social - University of St. Andrews, Scotland – UK, Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPA, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade Federal do Pará.

to administrative, non-recognition of their skills, as well as prejudice and discrimination through quotas insertion and distribution positions.

**Keywords:** Work. Gender. Military policies. Employment of women. Discrimination in employment.

## INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Pará abriga, atualmente em seus quadros, 1929 mulheres, 10% do total do seu efetivo. As mulheres policiais fazem parte do efetivo da PMPA desde 1982, quando cinquenta e sete mulheres ingressaram na Corporação. Recorremos à fonte oral, usando a fala de nove sujeitos dessa turma, para reconstruir sua história, vinculando-a ao contexto histórico, um período de transição entre a ditadura e o Movimento pelas Eleições Diretas, buscando compreender as expectativas, as representações e práticas referentes a esse processo. Para tanto, foram realizados dois questionários e uma entrevista com oficiais femininas, pertencentes à primeira turma de mulheres da PMPA. Destaca-se que “Oficial” é a policial militar feminina, que faz parte do círculo hierárquico dos oficiais, podendo ter o posto de tenente, Capitão, major, tenente-coronel e coronel; “Praça” é a policial feminina, que faz parte do círculo hierárquico dos “praças”: subtenentes, sargentos, cabos e soldados - as quais se encontram na Reserva Remunerada, após 25 anos de serviços prestados à instituição.

O Pará foi um dos estados em que a mulher teve acesso à Polícia Militar no início da década de 1980, sendo admitida a primeira turma de cinquenta alunas soldados (com

escolaridade antiga 1º grau), quatro alunas sargentos (antigo 2º grau) e três oficiais alunas (nível superior), sendo que as dez primeiras colocadas do curso de formação de soldado foram promovidas a cabo.

A base legal do ingresso feminino nas polícias militares no Brasil só se consolida em 1984 (SOARES; MUSUMECI, 2004, p. 29), incorporando-se as policiais femininas aos quadros regulares das PMs, nesse ano, com uma nova redação dada ao Decreto-lei Federal 667, de 2 de julho de 1969 - no estado do Pará, o início das atividades do grupamento de Polícia Feminino data de fevereiro de 1982, quando o Governador do Estado era o Cel. E.B. Alacid da Silva Nunes; seu decreto de criação é o de nº 2.030, de 15 de Dezembro de 1981, que criou na Polícia Militar do Pará, o Pelotão de Polícia Feminino, que buscava o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e praças a fim de atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização no Ministério do Exército.

Em primeiro de fevereiro de 1982, esta turma foi coordenada pelo Coronel PM Roberto Pessoa Campos-PMPA, pelos Tenentes Vera e Neuza, oriundas da Polícia Militar do Estado de São Paulo-PMESP e pelo Aspirante OF PM Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues-PMPA, os quais foram responsáveis pela formação das quatro alunas sargentos e das cinquenta alunas soldados, durante três meses de curso (fevereiro, março e abril/1982), no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças-CFAP, órgão de Ensino e Instrução da Polícia Militar do Pará-PMPA, com as três oficiais aprovadas no concurso para Oficial da PM, sendo enviadas para a Academia de Polícia Militar do Barro Branco-PMESP e estagiado durante o mesmo período, já que ainda não havia oficiais femininos no Pará.

Na década de 1980 o país passa por redemocratização, com eleições gerais, movimentos para DIRETAS JÁ e movimentos constitucionais. Com a Central Única dos Trabalhadores-CUT, a bandeira das mulheres ganhou mais visibilidade dentro do movimento sindical. Com a comissão Nacional da Mulher Trabalhadora na CUT, as mulheres esperavam romper as inúmeras dificuldades existentes na sociedade (COSTA, 1998). Nesse sentido, a luta pela democratização das relações de gênero persistiu e com a Constituição Federal de 1988 a mulher conquistou a igualdade jurídica, destarte esta consagrou conquistas importantes no campo dos direitos da mulher, entre as quais cite-se o ingresso às instituições policiais.

A revolução deste período no que se refere às forças policiais, foi uma importante inovação na abordagem da questão de gênero dentro do campo da segurança pública (SOARES; MUSUMECI, 2004, p. 183). Como resultado de reivindicações dos movimentos feministas são criadas, na Polícia Civil (a polícia judiciária, não uniformizada), delegacias especiais para o atendimento a mulheres vítimas de violência, prestado, sobretudo por policiais femininas, o que leva também à ampliação do espaço de atuação profissional para as mulheres no interior dessa força policial.

Com o processo de redemocratização pós-ditadura, onde se quis retirar a imagem do Policial Militar como mero aplicador da força física e com a mudança do *status* político e social do estado, e as transformações sociais que provocaram o aumento de atividades executadas pela mulher, mudaram também os objetivos desta ao ingressar na carreira policial, as formas de execução do trabalho feminino e também a maneira como a mulher é percebida na cultura organizacional da Polícia

Militar do Pará e na sociedade, uma instituição secular e predominantemente masculina.

A cultura patriarcal atribuiu o princípio masculino apenas ao homem, fazendo com que se julgasse o único detentor da racionalidade, do mundo e da construção da sociedade. A mulher até podia desempenhar um papel de força e poder, mas sempre estava em segundo plano, apoiando o homem (MURARO; BOFF, 2002). Tal relação de poder é denominada de androcêntrica. Já a força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se anunciar, visando sua legitimação.

Dessa forma, com a entrada das mulheres nas instituições policiais, ocorre uma ruptura quanto à tradição da exclusividade masculina nos quartéis, mas com a chegada das mulheres ao espaço símbolo da masculinidade, os quartéis, muitas coisas tiveram que mudar, o espaço teve que ser dividido, a abordagem à população foi suavizada, o ambiente foi modificado para receber o efetivo feminino.

Essa distinção de forças entre homens e mulheres, são exigências que por muitas vezes servem para selecionar ou excluir, através de critérios oficiais, mascarando, assim, o que não pode ser enunciado formalmente. Logo, essa mascaração não deixa de ser uma forma de poder:

As relações de poder são intencionais e objetivas, se produzem a cada instante em rede, em todos os lugares, ou melhor, em toda relação, inclusive nas relações de gênero, e “esse poder não se dá, não se troca, mas se exerce em ação” numa correlação de forças em que se utilizam técnicas de saber, estratégias de poder e procedimentos discursivos. (FOUCAULT, 1977, p. 175).

Tem-se, então, que a inserção feminina na Corporação se dá em conjunto com outras ações, com a mulher inicialmente servindo como modelo de relações públicas, propagando a ideia de uma Polícia Moderna, vinculada com as mudanças sociais e políticas.

Nas instituições policiais, a inserção de mulheres veio acompanhada de um ideal de uma polícia de aproximação, de ampliação e especialização, dando a ideia de um novo modelo de polícia, apesar de isto não significar reforma ou modificação da instituição.

Guardadas as devidas proporções e as diferenças regionais, percebe-se similitude na inclusão de mulheres nas instituições. Inicialmente, a presença de mulheres na corporação se concretizou como um grupo separado, servindo de apoio às outras unidades operacionais com um efetivo até então exclusivamente masculino (NUMMER, 2005). Esse momento de inserção das mulheres no espaço público policial coincide com a entrada de mulheres também na política, direcionando esferas de liderança e administração, ocupando um novo espaço, no qual é priorizado o desenvolvimento de estruturas horizontais e trabalho em equipe e onde as decisões são democratizadas.

Nesse sentido, a PMPA buscou a inserção feminina nas suas fileiras, e o discurso era que a mulher, devido a sua natureza, fortaleceria a imagem da Polícia Militar, pois a mulher, segundo estas representações sociais correntes, teria aptidão “natural” de cuidar, amparar, servir e proteger a comunidade de forma diferenciada, com amabilidade, sutileza, e afeto.

Em relação a esta temática, Xavier (2008, p. 12) afirma:

[...] A incorporação das mulheres nos quadros das polícias militares no

Brasil, ocorreu de forma gradativa e acompanhou as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nestas últimas décadas instituídas, que necessitavam de um efetivo mais “qualificado” para atender as ocorrências que os homens sentiam-se pouco à vontade em atuarem, como nas ocorrências envolvendo crianças, mulheres e idosos.

A própria evolução do trabalho de segurança pública e o surgimento de novas concepções, associadas à crescente feminização do mercado de trabalho, formará no imaginário dos gestores de segurança pública e da população a suposição da existência de um novo lugar para a policial feminina (CAPELLE; MELO, 2010).

Seguindo as orientações teóricas de Dubar (1998, 2005) ordenamos e interpretamos a mobilidade das policiais entrevistadas dentro da corporação desde a escola inicial até a última promoção alcançada. Para entendê-la, dividimos as trajetórias em subjetivas e objetivas. O resultado mostra similaridade de elementos tais como idade e tempo de serviço como fatores promocionais, mas ausência de valorização de suas competências, inteligência, agilidade, iniciativa, e força física adequada a ocorrências. Das entrevistadas, 8 entre 11 das pesquisadas, manifestaram a representação social do gênero feminino como frágil e que requer proteção.

## UM OLHAR NO PASSADO: O INGRESSO DE MULHERES NA POLÍCIA

Não se pode deixar de considerar que, durante muito tempo, as mulheres foram aceitas no mercado de trabalho apenas para

exercerem profissões, cujas funções estavam relacionadas àquelas que lhes atribuíram socialmente. Especificamente em relação à polícia, é possível afirmar que não são registradas grandes diferenças em relação às demais instituições, quando o assunto é a distribuição das mulheres na hierarquia dos cargos policiais e nos postos de comando (BITTENCOURT, 2010).

Percebe-se que a condição feminina é o elemento norteador das relações sociais de trabalho das oficiais paraenses, sendo fator de orientação da sua trajetória profissional. O processo de inserção da mulher na polícia no mundo guarda alguns aspectos, sendo o mais importante - o contexto do recrutamento de mulheres, vinculado, na Europa, a momentos de crise das forças policiais, por exemplo, deslocamento do efetivo masculino em períodos de guerra, ou crises de credibilidade, com forte deterioração da imagem pública das polícias (CALAZANS, 2003).

A aceitação feminina na esfera pública policial não foi tão fácil. Durante muitos anos, visualizou-se na força física, um item fundamental para ser um policial militar, isso ocorria devido à formação militar tradicional. O uso da força bruta era um modelo de demonstração de sua Capacidade na profissão. Dessa forma, quanto à imagem ideal da corporação que se tende a passar, alguns autores citam o preconceito existente contra as mulheres e sua função nas instituições. A partir da leitura de Nummer (2010), sobre a representação corrente na instituição de que o homem é melhor para o policiamento ostensivo e a mulher para o administrativo, pode-se inferir que as mulheres concentraram mais sua *agency* em resistir aos tabus internos de gênero do que na busca de poder.

Quanto ao ingresso da policial feminina nas corporações militares, num primeiro momento é possível afirmar que a pretensão era que a mulher assumisse alguns campos de policiamento, nos quais o homem encontrava dificuldades, tais como lidar com as minorias; mulheres, crianças, idosos etc., haja vista a abertura democrática vivida na época pelo país. Esse fato se dá em plena crise das polícias.

Num segundo momento, podem-se vislumbrar outros objetivos, como o de tentar humanizar as Polícias, melhorando sua imagem social, haja vista o comprometimento da imagem da instituição, vinculada à ditadura como força auxiliar do Exército (SOARES; MUSUMECI, 2005). Até então, as ações policiais eram vistas pela sociedade como violentas, ligadas à força bruta utilizada contra grupos minoritários como negros, mulheres e homossexuais.

A permanência da mulher nas instituições militares foi justificada pelo argumento de que o treinamento oferecido pelas escolas de formação orientou os policiais a reduzir o uso da força bruta, substituindo-a por técnicas eficientes de contenção e defesa. Isto possibilitou à mulher a não exclusão das atividades mais vigorosas, argumentos utilizados por “policiais da antiga”, o que deixava as mulheres em desvantagem.

Na polícia militar essas conquistas se deram e dão de forma lenta. A posição que a mulher assume atualmente, ainda, é um reflexo de sua posição no passado. Não é possível perceber grandes mudanças, apesar dos trinta anos de inserção, ainda há subaproveitamento nas unidades, onde a maioria é relegada às funções burocráticas, nenhum oficial superior feminino no Estado maior e em comando de unidades operacionais. Além disso, persistem as cotas para inserção, onde

o ingresso de mulheres se dá na forma de 10% (dez por cento).

De acordo com os resultados da pesquisa o novo status de policial feminina proporcionou às “novatas”: credibilidade, respeitabilidade, visibilidade e um lugar dentro da sociedade que não poderia ser obtido em outra instituição devido à sua baixa escolaridade e aos seus incipientes contatos sociais. Esse esforço para adquirir uma identidade pessoal e profissional implicou em adequar-se às normas rígidas da instituição, em submeterem-se a sacrifícios pessoais, ou adequar-se a “normas militares” tais como: usar cabelo curto estilo “Joãozinho” durante oito anos seguidos; não poder engravidar sendo solteira; não poder relacionar-se com pessoa “inadequada”; não poder casar sem autorização nem fazer casamento endógeno - Endogamia diz respeito às relações amorosas intra e entre círculos na estrutura interna da corporação (CALAZANS, 2004). Casamentos endógenos envolvem praças X praças, oficiais X oficiais, praças X oficiais - cuja pena pode ser demissão e/ou licenciamento (a pedido), como ocorreu mais de uma vez. Era vedado às policiais femininas relacionar-se com alguém fora do seu círculo hierárquico - sargentos só poderiam ter relações afetivas com sargentos e subtenentes, soldados femininos com soldados e cabos femininos, oficiais femininos com oficiais masculinos etc., assim, aquelas que insistiam nos relacionamentos fora do padrão, eram obrigadas a pedir licenciamento da corporação, deixando seus empregos, fazendo com que os casamentos entre militares ocorressem somente entre pares; usar maquiagem “adequada”, enfim, normas que buscavam “domar” os corpos de modo a favorecer os interesses da organização (FOUCAULT, 1977).

O Pelotão de Polícia Feminina foi apresentado à sociedade paraense em 1º de fevereiro de 1982. Após a formatura, foi alocado em uma casa simples, na Av. Almirante Barroso, no bairro do Marco, adaptada para servir de quartel e abrigar as 57 integrantes. A casa possuía sete dependências, convertidas em salas que abrigavam as seções - Armamento de Munição/Almoxarifado, Sargenteação, Comando, Subcomando, um espaço livre para as formaturas matinais, e dois alojamentos, para o descanso de quem estivesse de serviço. Era vedada ao público masculino a permanência nas dependências deste quartel, salvo o coordenador do pelotão, oficial responsável pela formação do pelotão feminino, além da guarda masculina, responsável pela segurança do prédio no período noturno.

O dia a dia das policiais iniciava com a formatura matinal, realizada às 07h00 de onde era distribuído o policiamento que se concentrava no Belo Centro, antiga zona comercial, PM-Boxes nas praças Batista Campos e da República, aeroporto e Terminal Rodoviário, todos localizados na cidade de Belém. O almoço era servido a partir das 12h00, seguido de um período de descanso, e a partir das 14h00 reiniciava o segundo turno de trabalho até às 18h30, com o efetivo seguindo para suas residências.

Segundo dados coletados em campo, o efetivo atual da Polícia Militar do Pará é de 20.903 policiais, sendo 14.060 em atividade e, deste montante, 1.929 são mulheres. Desse efetivo, 87 oficiais compõem o quadro de oficiais combatentes. Nos concursos, quando são oferecidas cinquenta vagas para soldado, 10% dessas vagas são destinadas às mulheres; no caso dos Cursos de Formação de Oficiais, igualmente ao curso de soldados, também

são ofertadas 10% das cinquenta vagas para o público feminino.

Nestas cinco décadas de contribuição ao mundo do trabalho à sociedade brasileira, as policiais femininas são uma porcentagem de apenas 10% do efetivo total de policiais no Brasil, realidade que se repete no estado do Pará. Percebe-se que o efetivo feminino encontra-se reduzido, provocando dificuldades à policial feminina de alcançar um nível mais alto em escalões hierárquicos, os quais lhe conduziriam ao topo da carreira policial, aos postos de comando. Notam-se, também, algumas dificuldades no que tange a postos de trabalho, ficando a mulher relegada, muitas vezes, à área administrativa.

As entrevistadas, quando questionadas sobre a motivação para ingressar na instituição, seis declararam ser pela necessidade e apenas três, pela vontade. Necessidade pelo fato da maioria ser pertencente às classes populares e desejar um emprego e ganhar dinheiro para a sua própria sobrevivência, e vontade pelo fato de ser um campo novo, uma profissão diferenciada e que oportunizaria experiências novas.

É correto citar que as informações acerca da “nova” profissão eram escassas, pois até então somente as PMs de São Paulo, Minas Gerais e Paraná detinham mulheres em seus efetivos. Desta forma, não havia, pelo menos para a maioria (8 entrevistadas), um exemplo com que se identificar e muito menos projetar expectativas, com exceção das três oficiais alunas, que ingressaram com a patente definida (2º Tenente) e tiveram a oportunidade de estagiar em outra instituição, a de São Paulo-PMESP, onde passaram por um estágio, antes de assumirem suas funções na instituição paraense.

A origem das agentes de segurança pública no Pará da PMPA na primeira turma é basicamente a mesma de suas correspondentes nas polícias brasileiras: classes sociais de baixa renda, pouca escolaridade, ascendentes sem profissão estabelecida, cujos ofícios: mecânicos, marítimos, lavradores, motoristas prescindiram de cursos formais de instrução. Salvo poucas exceções, é de maioria branca, oriunda da Capital do estado, Belém, tem em média 53 anos, divorciada e de poucos filhos. Em relação aos seus casamentos, principalmente aqueles realizados entre militares, as falas das entrevistadas deixam evidenciado que eram relações harmoniosas pessoal e profissionalmente ainda que os casamentos não tivessem a durabilidade desejada: das entrevistadas, quatro foram casadas com militares, sendo três (3) policiais e um bombeiro. Permaneceram casadas uma média de quatro anos. Atualmente, somente duas são casadas, com o policial e o bombeiro. Nas falas para explicitar a razão para a dissolução de seus relacionamentos, declaram não saber explicar, só que a vida em comum tornou-se inviável por causas dos conflitos e foi melhor separar. Instadas a responder se culpavam a instituição pelo fracasso dos seus relacionamentos, negaram o fato apesar de muitas vezes suas escalas de serviço divergirem das escalas de seus companheiros, provocando desencontros, mas ainda assim não relacionam seus problemas conjugais e consequentes separações à sua atividade laboral.

O casamento com militares, por outro lado, facilitava nossa integração com a tropa, pois através dele, podíamos nos relacionar com os amigos do marido, o que não ocorreria se fôssemos solteiras, criando oportunidades para forjar maiores laços com a comunidade miliciana. Nos primórdios da criação da Companhia feminina,

os relacionamentos eram limitados aos locais de trabalho, não havia estímulo para que ninguém se encontrasse fora dos postos (Ten. NEUZA, 51 anos).

Para justificar seu atual estado civil, três solteiras e quatro divorciadas opinam ser por três razões: inicialmente, por causa do salário, pois reconhecem sua condição de bem remuneradas, e com as novas regras do Código Civil, não querem se arriscar a ter que pensionar alguém em caso de separação; em segundo, acham que a oferta masculina ficou mais escassa após a ida para a Reserva Remunerada - a passagem para a reserva remunerada (aposentadoria) das mulheres policiais pode ocorrer após o cumprimento de 25 anos de efetivo serviço, ou seja, era mais fácil namorar alguém da caserna, e finalmente, sua idade limita um pouco suas escolhas.

Ser casada com um PM significa viver num mundo à parte: Se por um lado significa melhor aceitação às normas, uma maior motivação para estar na organização com um companheiro que te apoia e compreende, te possibilitando entender melhor a Organização e seus critérios, por outro lado, te leva para cada vez mais longe de outras possibilidades de emprego, pelo lado profissional, pois um policial militar “compreende melhor as necessidades do trabalho no quartel, ao passo que estar casada com um civil reduz tuas possibilidades de crescimento na carreira, pois és, a todo o momento, confrontada com os horários mais estapafúrdios nem sempre entendidos por teu companheiro. (Ten. SÔNIA, 53 anos).

Em se tratando de moradia, percebe-se que a maioria, seis das policiais, reside em área urbana, na Capital do estado, com apenas três (3) residindo no interior do estado, em área rural (Barcarena, Ourém, S. Caetano de

Odivelas, municípios paraenses). A maioria (7) é oriunda das regiões periféricas de Belém, principalmente dos bairros Guamá, Marituba, Jurunas, Cidade Nova. Atualmente residem na cidade de Belém (7) em bairros periféricos: Pedreira, Condor, Marco, Souza, Coqueiro, e duas (2) residem no interior o estado do Pará.

As pesquisadas frequentaram a escola e algumas famílias eram numerosas (5) e apesar das dificuldades toda a família conseguiu concluir os estudos, inclusive as que vieram do interior (2). Seus irmãos terminaram o ensino médio e alguns têm graduação (3): Direito, Economia, Ciências Contábeis. Quase todas as famílias (7) residiam em bairros periféricos da área metropolitana de Belém, com 2 exceções (bairro do Marco, considerado classe média), nos quais, apesar da mudança de status, permanecem até os dias de hoje.

As rendas dessas famílias, quase todas da classe C, com 2 exceções (consideradas classe média), eram oriundas de trabalho remunerado, principalmente dos pais, que eram todos alfabetizados, marítimos (2), mecânicos (2) e motoristas (1). Quanto à profissão dos ascendentes, observou-se que as avós são todas oriundas do lar; os avôs praticaram diversos ofícios: agricultores, mecânicos, marítimos, lavradores; os pais eram marítimos, mecânicos, técnicos, motoristas, torneiros-mecânicos; as mães quase na sua totalidade eram/são do lar, com uma exceção, costureira.

Em relação à faixa etária, a média das policiais aposentadas é de 52 anos; as mais jovens, duas Capitãs de 51 anos (que ingressaram na PMPA aos 18 anos) e a mais velha, uma tenente-coronel de 56. Todas ingressaram na PMPA em 1982, a primeira turma de policiais femininas paraenses, conforme o Decreto nº 2.030, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1981.

Belém é o local de nascimento da maioria (7), com duas policiais descendentes do interior, dos municípios de S. Caetano de Odivelas/PA e Acará/PA, respectivamente;

Quanto ao estado civil, três são solteiras, quatro divorciadas - (sendo duas ex-mulheres de militares) e duas casadas (com militares, sargentos PM e BM), confirmando a premissa que a entrada das mulheres na polícia reforçou a possibilidade de casamento endógeno, policial com policial, estabelecendo relações que transcendem a relação profissional, um fato bastante acentuado na instituição.

No que concerne à família atual, percebe-se que todas residem com a família (marido, filhos e netos). No quesito filhos, seis das pesquisadas têm filhos que possuem o curso superior, duas têm filhos que concluíram o ensino médio e uma tem filho cursando o ensino fundamental. É interessante observar que nenhum dos filhos das entrevistadas seguiu a profissão das mães, não se confirmando a hipótese “consolidação da identidade/reprodução dos sistemas” (DUBAR, 2005, p.125). De fato, o futuro desses descendentes (19=10 homens, 9 mulheres) não se relaciona à formação de suas mães/pais: alguns (dois) são universitários ou graduados (8), estando a maioria (9) cursando o Ensino Médio. Percebe-se que os estilos de vida das entrevistadas não foram reforçados pela socialização profissional. No quesito maternidade percebe-se que nenhum dos filhos das entrevistadas seguiu a profissão das mães apesar do apelo das normas militares e de sua reprodução nos lares dos sujeitos da pesquisa, como o autoritarismo e o rigor na criação dos filhos.

A religião evangélica predomina nas famílias das entrevistadas (5), sendo quatro católicas, dando-se o mesmo nas famílias, não

se observa mudanças nesse status durante a vida na caserna.

Quanto ao quesito escolaridade das policiais: uma tem pós-graduação (Cap. Rosilene - Mestrado em Ciência do Desporto); duas têm curso superior completo (TCel Izanete - Serviço Social, Cap. Sandra - Pedagogia); duas têm C. Superior Incompleto (Cap. Ailsa - Economia/Ten. Sônia-Letras) e as demais (4) o ensino médio. Percebe-se, também, que o status quo não foi modificado mesmo após a ida para a Reserva Remunerada, pois apenas uma Capitã (Rosilene), possuidora de Pós-graduação *stricto sensu*, obteve o título após a reserva remunerada, as demais permanecem na mesma situação escolar de quando trabalhavam.

Diferente dos demais policiais, em maioria, que até poderiam passar despercebidos, devido ao volume do seu efetivo, as policiais femininas, recém-chegadas à sociedade paraense eram apenas 57 e, além de ser a menina dos olhos da Corporação, o embrião de uma nova experiência, tinham suas atitudes constantemente monitoradas pela sociedade civil e, principalmente pela comunidade miliciana.

Estas afirmações reforçam a ideia de que as policiais constituíram um *habitus* pelas origens sociais, Capital social e simbólico associados à profissão, de forma a seguir um comportamento considerado ideal pela Corporação, um modelo aprendido durante 25 anos, o qual não foi esquecido, nem durante sua passagem para a Reserva Remunerada. Ser policial feminino se constituiu numa nova forma de identidade profissional criada dentro da Polícia Militar do Pará.

## **CAMINHAR NO PRESENTE: VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS**

Após “adequar-se” à realidade da caserna, dada a sua Capacidade de adaptação, flexibilidade e afetividade, as mulheres contribuíram para a melhoria da imagem da Polícia Militar, enquanto organização. Ao contrário do que muitos especialistas supuseram, quando acharam que haveria uma feminização da Polícia, a realidade dos quartéis é bem diferente.

Atualmente, as mulheres continuam as mesmas funções do passado, serviço administrativo e pouca relevância nas unidades operacionais. Apesar de não saber o que esperar por ocasião de sua inserção, em 1982, o processo de construção social contínuo a que foram submetidas às milicianas paraenses, lhes instou a desejar mais, apesar da constante massificação dos valores masculinos, da disciplina e dos meios totalizantes das relações de trabalho.

A maioria (sete) das entrevistadas não exercia nenhuma profissão antes de ingressar na instituição militar, com três exceções: (a tenente-coronel) exercendo a profissão de assistente social; uma exercendo a profissão de comerciária na zona comercial de Belém e uma exercia o ofício de babá, trabalhando informalmente.

A trajetória profissional de oito delas inicia com o ingresso no curso de aluna soldado, com exceção da 1ª Comandante, na ocasião 2º Tenente (1), que ingressou como oficial aluna, por possuir o curso superior (Serviço Social); trabalhou em empresas públicas e privadas. Após o Curso de Formação de soldados (CFSd Fem), cursado numa turma exclusiva- prosseguem no Curso de Formação de Sargentos (CFS) e posteriormente a um período de interstício (cerca de dez anos) -, e mediante

concurso interno, ingressam no Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), onde passam a fazer parte do círculo de oficiais na qualidade de Oficiais de Administração. Em relação à sua mobilidade, chegaram aos postos de comando através de nomeações. Após o término do CHO, foram classificadas em unidades da Capital (7) e do interior (1), onde passaram a exercer as funções de Almojarife, Chefe da Reserva de Armamento e Aprovisionadora.

As instituições militares possuem uma identidade marcante, nas quais a disciplina e a hierarquia são as bases para a formação dos sujeitos que delas fazem parte. Fidelizando modelar os indivíduos a fim de que se adéquem ao perfil exigido pela instituição, institui-se um modelo marcial de comportamento, o qual deve ser obedecido sem questionamento sob pena de ser considerado inadequado à corporação. Foucault (1977, p. 207) se reporta a esse modelo como disciplinador, visando domar os corpos recalcitrantes, cujo objetivo é

exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos ‘à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina’ para que, todos, se pareçam.

Desse modo, a docilização aplicada ao longo de 25 anos, proporcionou uma acomodação às policiais femininas paraenses, pois se de um lado lhes garantiu o acesso à valorização profissional, à sociedade e à própria valorização como pessoa humana independente, por outro lado, lhe descaracterizou as potencialidades, homogeneizando suas atitudes de modo a lhe permitir a sobrevivência dentro da organização militar. Este processo

de ressocialização, proporcionado pela disciplina, uma forma de domar os corpos, proporcionou autonomia, fazendo com que essas mulheres tomassem as rédeas de seus destinos, ao mesmo tempo em que as sujeitavam ao autoritarismo gerencial próprio das instituições militares (CALAZANS, 2004).

Enquanto porta-vozes deste modelo masculino, as policiais entrevistadas reproduzem a lógica da dominação, haja vista terem aderido a todas as regras, sanções, incapacidades, possibilidades como sendo “naturais” (BOURDIEU, 1998). Tal espírito é reforçado pela sua atitude diante da vida, destarte estar na Reserva Remunerada há mais de dez anos, ainda cultivam os mesmos valores que existiam na ativa.

Não obstante os atuantes movimentos feministas contemporâneos, algumas policiais não consideram a desigualdade de funções como problema, revelando certo conformismo com as práticas discriminatórias de tratamento, embora reconhecendo que tais práticas discriminatórias de exercício de função são comumente exercidas no interior da Corporação.

Até hoje as mulheres são submetidas a alguns constrangimentos enquanto mulheres, cidadãs e operadoras do Sistema de Segurança Pública, tais como ausência de alojamentos diferenciados com banheiros próprios, a carência de equipamentos proporcionais à anatomia feminina, tais como colete balístico feminino, mas principalmente na ausência de políticas públicas que promovam a justiça e a equidade na carreira de policial feminino – verificável quando se percebe a ausência de mulheres nos postos de comando de unidades, no Estado-Maior da Corporação, no ingresso injusto e discriminatório à PMPA, que colide com normas em uso em outras Polícias mais voltadas à justiça social e não discriminatória.

A respeito das vantagens de ser PMFem na instituição, em relação aos homens, relatam que ficar ausente de escalas mais pesadas, como motins em penitenciárias, reintegrações de posse etc., considerados os aspectos mais pesados e desagradáveis do policiamento, ser opção para o serviço administrativo, também é uma vantagem, tanto que 65% do efetivo feminino está alocado no interior dos quartéis. Contudo, as desvantagens são maiores: ter um efetivo 90% menor que o efetivo masculino, 1.897 para 16.000 homens em atividade; ter menos chances para promoção já que os concursos internos são escassos e não há um padrão estabelecido para os concursos públicos, à mercê da vontade da administração pública; não ter voz ativa no Estado Maior Geral, pois mesmo após 31 anos de existência há em atividade, somente uma coronel combatente.

Questionadas sobre as vantagens de ser mulher, cinco se reportaram apenas a dificuldades, tais como ausência de banheiros adequados às particularidades femininas, não poder amamentar os filhos devidos às escalas de serviço, não poder escolher quartéis mais próximos do domicílio, devido à amamentação, uma oferta de psicólogos e psiquiatras aquém das necessidades do efetivo, não só feminino como geral, ausência de creches, que possibilitem a educação dos filhos para trabalhar. E, ainda, um paradoxo, o mesmo serviço administrativo vantajoso para algumas, é um entrave para outras, pois cerceia as opções de carreira.

Um dos maiores preconceitos contra as mulheres policiais reside no fato de serem relegadas às funções administrativas, haja vista que a maioria do efetivo feminino se encontra na área administrativa dos quartéis, até mesmo nas zonas de policiamento, o

aspecto mais operacional da área metropolitana de Belém.

Para todas as entrevistadas, estar na área administrativa é estar na obscuridade, mesmo quando se exerce uma função de comando, como almoxarife, chefe da Reserva de Armamento ou aprovacionadora, destarte estas áreas serem imprescindíveis na execução do policiamento, pois, para policial necessitam de coletes balísticos, armamento, uniforme, alimento etc. “Gostava da rua porque o policiamento nos trazia conhecimento, éramos vistas, fazíamos amizades com várias pessoas e sabíamos quem eram os delinquentes da área que trabalhávamos” (Ten. BERNADETH, 53 anos).

As lembranças dos cursos de formação para todas são boas: companheirismo, competição por antiguidade, muita instrução, trabalho em equipe. As lembranças dessa época são de disciplina rígida e a maior dificuldade se traduz no cumprimento de normas, na adequação ao mundo masculino e na saudade da família. Então, a formação era mais voltada ao modelo militar, com ênfase na doutrinação, na hierarquia e na disciplina, diferente do modelo atual, mais voltado às técnicas de polícia. Para se adequarem ao rigor do “ser policial”, as mulheres suportaram uma longa e árdua aprendizagem marcada pela violência e sacrifícios pessoais (CALAZANS, 2004).

De acordo com os relatos a própria relação com os companheiros de instituição era difícil, truncada. Uns por se sentirem ameaçados pela presença das mulheres e o risco de serem suplantados em suas missões de trabalho, já que as mulheres possuíam maior escolaridade; outros pelo desejo de maior familiaridade e aproximação, fato que incomodava seus cônjuges, que se sentiam inseguras com o modelo “misto” - o

patrulhamento ostensivo a pé era realizado em duplas (masculino e feminino), denominado “Romeu e Julieta”, na área comercial de Belém. As relações de amizade aos poucos foram sendo ajustadas conforme os policiais masculinos se acostumavam com a presença da mulher nos quartéis, forjando outro modelo de companheirismo - masculino X feminino, no qual as mulheres eram protegidas de missões mais árduas e acompanhadas nas missões mais perigosas. Nesse aspecto era saudável a relação com graduados; respeitosa e distanciada com os oficiais, pois não fora encorajada durante os cursos de formação, se apresentava, ainda, diversa dos modelos atuais onde há um maior convívio entre oficiais e praças.

## VISLUMBRANDO O FUTURO: PERCEPÇÕES DAS MULHERES POLICIAIS

Para a maioria das entrevistas, que ingressaram na instituição como praça, a própria cultura organizacional se encarregou de dar grande significado a essa mudança de status para oficiais. Esta modificação não foi só financeira, mas também social. Para a tropa há uma distância considerável entre praças e oficiais, entre os comandos e os executores. A maioria tinha por meta o oficialato e esta mudança provocou mudança no mecanismo da instituição, mesmo que parecessem insignificantes, já que houve a permanência nos mesmos bairros de origem da família, na religião, na escolaridade. A ascensão na carreira possibilitou novos ganhos, principalmente simbólicos como poder de barganha, escolha de locais onde servir, principalmente o interior, possibilidade de fazer uma faculdade

etc. ainda que não tenham aproveitado todas as chances. As que se deslocaram para o interior foram por vontade própria, para mudar o cenário e se afastar um tempo da Capital. Aquelas que são oriundas do interior quando puderam, quando ingressaram na Reserva Remunerada-R/R retornaram, fazendo moradia naqueles locais, naturalmente em condições mais favoráveis.

O maior desejo já fora alcançado, ou seja, o oficialato, servindo este como motivação para encerrar os estudos e gerando acomodação das oficiais, além de poder dedicar maior tempo às famílias. Na ocasião dos concursos internos concorridos, havia muita tensão com grande demanda por vaga. Era e ainda se trata de uma questão emblemática na PM, com uma defasagem muito grande entre oficiais e praças. Devido a dois decretos governamentais há uma quantidade muito grande de cabos (470) e uma quantidade ínfima de sargentos, fato que se reflete nas promoções, ocorridas em pequenas quantidades, um fator de desestímulo para a maioria dos praças da corporação.

As perspectivas profissionais de três delas referem-se à carreira; quanto ao restante somente sonhava sustentar sua família e manter-se no emprego; as perspectivas para esta profissão eram abstratas, pois não havia parâmetros de comparação.

Como turma pioneira - a apresentação das policiais femininas para a sociedade paraense, no dia 21 de abril de 1982, conforme o jornal *O Diário do Pará* de 16 de abril de 1982 - devido aos festejos alusivos ao Tiradentes, considerado pelos militares o Patrono da Polícia Militar, estas "milicianas" desenvolveram atividades policiais a partir do dia 3 de maio de 1982 e antes da Constituição de 1988, o estilo a que foram submetidas era o de

polícia guerreira, força auxiliar do Exército, cujos integrantes ainda não estavam preparados para receberem mulheres no seu efetivo.

Por outro lado, comandar desse modo também não foi fácil: "[...] Penso ter sido injusta em algumas vezes, porém no momento era o que o militarismo pregava, por mais que eu discordasse [...]. A disciplina e a hierarquia te obrigam a fazer coisas contra teus princípios" (Ten-Cel IZANETE, 56 anos).

Ao perguntarmos sobre as mudanças na trajetória de vida que a carreira policial imprimiu nas suas vidas, as respostas apontam para: mudanças no status, de desempregadas para funcionárias públicas; mudanças no perfil, com aquisição de algumas qualidades como coragem, desenvoltura, mas principalmente a ascensão social.

Meu ingresso na PM mudou muito a minha vida; eu que era desempregada passei a ser uma funcionária pública, em uma instituição não convencional, que me deu muitos privilégios, principalmente na minha vida fora do quartel; isso fez com que eu superasse muitas dificuldades internas; eu podia dizer: a coisa aqui dentro não é muito boa, mas sou privilegiada por estar aqui! (Ten. NEUZA, 51 anos).

São de opinião que aos olhos das pessoas, essa identificação sempre foi positiva, quer pelo bom salário, quer pelo respeito e admiração que suscitam: "Meus poucos amigos fora da PM me veem com orgulho e admiração. [...] Tenho muito orgulho de ser PM e agradeço à minha família que me deu todo o apoio" (Cap. AILSI, 55 anos).

Alguns amigos revelam ainda ter admiração pela coragem necessária para seguir a profissão, considerada difícil sob alguns aspectos: "Durante o período do quartel fiz

alguns amigos civis. Acho que eles me veem positivamente, porque eu soube batalhar pelos meus objetivos; alguns acham uma profissão diferente e outros acham perigoso” (Cap. SANDRA, 50 anos).

Ter partido como aluna soldado e chegado ao oficialato é motivo de orgulho para todas, pois, mais que um objetivo alcançado, foi percorrida a grande distância que separa os dois círculos da Instituição, o de oficiais e o de praças. Ter cruzado a ponte que separa oficiais de praças é considerado um marco na carreira dessas mulheres. Essa transição se deu em 24 anos, do círculo de soldado para o círculo de sargentos - outro marco - o interstício para o curso de Habilitação para Oficiais-CHO, uma disputa sem privilégios com uma parcela maior de concorrentes, os graduados masculinos. Chefiar uma seção é ter ultrapassado outra barreira, haja vista a quantidade de concorrentes à altura “Foi impressionante a minha trajetória: patrulheira a pé, Comandante de viatura, sargenteante do 1º Batalhão, Chefe da seção de Recrutamento e Mobilização do Comando de Policiamento da Capital da PMPA” (Ten. SÔNIA, 53 anos).

Nos trinta anos de convivência com a tropa, as milicianas paraenses tiveram que aprender a suportar essa convivência, sua emancipação e autonomia, cujas ações tiveram um preço, a limitação dos seus destinos. Mesmo com o seu afastamento do aquartelamento, após a ida à Reserva remunerada, não compreendem as violências a que foram submetidas, podendo-se afirmar que tal fato deriva da ausência de uma “ética de igualdade”. Como uma categoria historicamente discriminada e por não ter as diferenças e especificidades reconhecidas, esse grupo aprendeu a achar natural ser tratado de

forma estigmatizada e ser visto de forma negativa (GOFFMAN, 1988).

Esta turma de 1982, turma pioneira feminina da Polícia Militar do Pará-PMPA, foi incluída por concurso público, com 3 vagas para oficiais, para quem detinha o curso superior, 4 vagas para sargentos, para quem possuísse o ensino médio, antigo segundo grau, e cinquenta vagas para soldados, para quem houvesse cursado o ensino fundamental até a 8ª série, antigo 1º grau. A Tenente-Coronel Izanete ingressou como oficial aluna, possuindo o curso de Serviço Social, juntamente com duas advogadas, ex-Ten. Ellen e ex-Ten. Buarque, ambas demissionárias após algum tempo na Corporação; atualmente a ex-Ten. Buarque é juíza de Direito e a Ex-Ten. Ellen é Ex-Comandante da Guarda Municipal de Belém; Uma Capitão (Ailsi), ingressou como aluna sargento, e as demais ingressaram como alunas soldados. As mais jovens (2), (Cap. Rosilene/ Cap. Sandra) oriundas do Curso de Formação de Soldados- CFSd, são as que mais executaram atividades profissionais fora da Capital do estado, em unidades do interior, além de possuírem maior escolaridade (pós-graduação/superior completo, respectivamente); Ao ser questionada sobre sua escolha do curso de Serviço Social, explicou que sempre se identificou com as minorias, fato que não mudou após o ingresso na PM, tanto que sempre teve um bom relacionamento com sua tropa, buscando fazer um comando humanista apesar da hierarquia e disciplina vigentes:

Penso ter sido injusta algumas vezes, porém no momento era o que o militarismo pregava, por mais que fosse contra, a hierarquia e a disciplina me coagiram fazer coisas que foram de encontro aos meus princípios. [...] Há vinte anos já realizava Polícia Comunitária, assistencial,

pois sempre valorizei mais o ser humano que a profissão, talvez pela minha formação acadêmica, pois penso que a valorização humana faz o sujeito crescer em todos os aspectos, apesar de ter sido criticada algumas vezes e até taxada de mãezona. (Ten-Cel IZANETE, 56 anos).

Questionadas a respeito da possibilidade de modificar suas histórias de vida, são unânimes em responder que não teriam mudado nada, ratificando a ideia da maioria quanto ao ganho social e o Capital simbólico adquirido com a profissão: “Se tivesse que recomeçar minha vida daria mais atenção aos praças que são o cartão de apresentação da PM; olharia para a minha profissão com mais atenção” (Cap. SANDRA, 50 anos). “Tenho muito orgulho de ser policial militar, agradeço a Deus e à minha família, que me deu muito apoio” (Cap. AILSI, 55 anos).

Percebe-se, desta forma, que as falas são basicamente as mesmas, apesar dos anos transcorridos após o ingresso para a reserva remunerada. Percebe-se, ainda, na sua totalidade, a herança identificadora da instituição. Ao ingressarem na instituição, “desconstruíram-se” como pessoas, “construindo-se” como novos seres sociais, incorporados de outros habitus ao vestir a farda. Segundo Lima (2002), este entusiasmo é comum nas candidatas recém-incorporadas. Pois a profissão militar é carregada de simbolismo e manipula isso de forma muito intensa por meio do uniforme, das insígnias e das atitudes que são resultado de várias gerações de militares e todas trazem em si uma carga de significados muito forte que, inconscientemente, afetam o imaginário dos neófitos.

Quanto às da Reserva, o natural seria o desencantamento natural com a profissão, após anos de embate com preconceitos,

cargas de trabalho excessivas, desvalorização, com a realidade ganhando outros contornos e os problemas inerentes às relações entre postos hierárquicos emergindo. O que antes era “justo” passa a ter outro sentido etc. Ao contrário, conforme demonstrado em algumas narrativas vistas a posteriori, o período de idealização, para a maioria das policiais femininas, não acabou, pois mesmo após a passagem para a Reserva Remunerada, o discurso militarista e totalitário, presente durante toda a vida na caserna, continua no ideário das policiais entrevistadas.

Este sistema foi reproduzido durante 25 anos, de forma pedagógica, durante o tempo em que tivemos em contato direto com a instituição, uma forma de violência simbólica, cujo objetivo era impor um conjunto de significações identificadoras da cultura daqueles que a praticam e a mantêm e que se mantinha, através da vigilância, uma forma de tecnologia de poder, incidindo sobre nossos corpos, controlando nossos gestos, nossa atividade, nossa vida cotidiana.

Para todos os sujeitos da pesquisa, ser policial militar é ter autoridade, o respeito das pessoas, é poder ajudar a sociedade, diminuir as injustiças, ser feliz tendo um emprego sólido, poder construir uma carreira promissora, sair da obscuridade, pertencer a um grupo, ser reconhecido pela sociedade.

[...] Mudou radicalmente minha vida, conquistei coisas materiais que se não estivesse na PM não conseguiria – minha casa, criar meus filhos adotivos, dar conforto aos meus familiares, pai, mãe, conhecimento profissional, ser reconhecida na instituição. (Ten BERNADETH, 53 anos).

Quanto à questão de ser PM pioneira na PMPA, sete delas se declararam felizes

por ter tido oportunidade de ter desbravado esse campo. Ser pioneira, para elas, é ter tido a coragem de investir num campo novo, conhecer pessoas e regras novas, amoldar-se a situações diferenciadas, nem sempre agradáveis. O fato de terem trabalhado no Pará foi mais difícil ainda, pois é um estado de dimensões continentais, afastado dos grandes centros e com dificuldades para implementar mudanças, talvez por não haver nenhuma mulher no poder que pudesse ter encampado as lutas dos policiais femininos e ter promovido as mudanças necessárias.

O CFSd foi o período mais difícil, pois estávamos entrando em um mundo totalmente desconhecido e de predominância masculina, então não sabíamos se realmente o que estava sendo ensinado era correto ou poderia ser diferente, Além do Regulamento havia normas a serem obedecidas, que pareciam comuns mas sempre difíceis de ser cumpridas: não podíamos ter filhos, toda vaidade era proibida ou regulamentada de forma extrema, a ditadura". (Ten. NEUZA, 51 anos).

O poder na organização paraense não se manifesta sob a forma de violência física, moral ou sexual. Não foram relatados neste estudo casos de assédio, nem se caracterizaram práticas de humilhação, perseguição e ameaças, contudo a própria inação por si só é uma ameaça destrutiva que ameaça as relações de trabalho.

Continuam predominando as cotas para mulheres nos concursos públicos no limite de 10%, de cada 50 vagas para oficiais, 10 são para mulheres. No Curso de Formação de Soldados o abismo é ainda maior, no último concurso CFSd 2010, eram 1400 alunos e apenas 120 alunas, mesmo com a grande demanda pelas vagas.

Quanto ao tempo de serviço nas unidades, uma minoria (duas) teve acesso às

unidades do interior, tendo a maioria (seis) permanecido na Capital durante os 25 anos de caserna. A transferência para o interior dava-se por necessidade do serviço ou por indisciplina e nos primórdios da existência da Cia Fem., não havia núcleos femininos no interior do estado do Pará, fato que veio a ocorrer somente 10 anos depois, em 1992, inicialmente no município de Santarém, no Baixo-Amazonas, a terceira cidade mais populosa do Pará.

As unidades que foram ocupadas por policiais femininos: Companhia de Polícia Feminina-CIA PFEM, na qual as policiais permaneceram pelo menos os primeiros cinco anos de suas vidas profissionais; O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças-CFAP, para onde se concentravam nos cursos, conforme iam galgando as escalas hierárquicas; Companhia de Rádio-Patrolha-CiaRP (extinta); Comando Geral-CG, para exercer atividade administrativa; Companhia de Policiamento Ostensivo Escolar-CIPOE, uma unidade responsável pelo policiamento nas escolas públicas da Capital paraense; Hospital da Polícia Militar-HPM; A atividade exercida: policiamento ostensivo a pé e motorizado e atividades administrativas.

Para todas as pesquisadas, a chegada a estes postos de comando deu-se de forma natural, esclarecendo que há carência de oficiais em todas as unidades, portanto qualquer oficial que é transferido para qualquer unidade é sempre bem-vindo e com as mulheres oficiais de administração não foi diferente. Sua permanência nas funções se baseou na competência e também pelo fato do estereótipo que as mulheres têm nos quartéis - organizadas, honestas e confiáveis. Indagadas se todas passaram pela experiência de ter chefiado uma seção, a resposta positiva foi unânime.

Esta parcela de entrevistadas não reconhece ter sido explorada no trabalho. Para elas, o tempo do seu ingresso era de uma época diferenciada onde todas lutavam pela sobrevivência, quer buscando por uma vaga num mercado de trabalho inexplorado, quer lutando para ser reconhecida na própria comunidade se auto afirmando e reivindicando um lugar na sociedade.

Atualmente pode-se dizer que as entrevistadas, sem exceção, encontram-se satisfeitas com sua condição de aposentadas. Para todas, estar na Reserva Remunerada é ter cumprido um papel, realizado um sonho mesmo que este não tenha sido seu primeiro objetivo, apesar de tudo, ter tido uma carreira bem sucedida compensou as agruras de tempos difíceis, conflituosos. A sensação atual é a de dever cumprido, principalmente por terem alcançado o que almejavam – o oficialato.

Por estas falas é perceptível a modelagem estabelecida, a docilização aplicada não se diluiu mesmo após tanto tempo de aplicada. Os corpos foram domados de tal modo que não se aperceberam da sua condição, não há espaço para a rebeldia. O militarismo e suas divisões hierárquicas apoderaram essas mulheres, dando-lhes o reconhecimento que muitas não teriam em outras profissões.

## REFLEXÕES FINAIS

Da diversidade de Teorias Sociais que norteiam esta pesquisa confirmamos a influência da condição feminina para a ocupação de postos de trabalho dentro da Polícia Militar. Do universo amostral utilizado, depreendemos que as funções exercidas em sua maioria correspondem a tarefas relacionadas à área

administrativa. Nesse particular, os sujeitos que participaram da pesquisa apontam uma trajetória profissional sem perspectivas de ocupação de funções hierárquicas superiores, com ocorrência de inexpressiva quantidade.

Ser mulher nas instituições militares, ainda é algo anormal, pois a dominação masculina tenta, de certa forma, calar os corpos femininos. Esse preconceito deturpador, velado e plenamente machista reflete diretamente na construção da identidade da policial militar. O termo “identidade” é aqui empregado na forma de identidades profissionais, centradas nas relações entre o mundo da formação e o mundo do trabalho ou do emprego. Trata-se, também, de identidades sociais, exatamente na medida em que, num dado sistema social, a posição social, a riqueza, o status e/ou prestígio dependem do nível de formação, da situação de emprego e das posições no mundo do trabalho. Isto se reflete na permissão da invasão das mulheres nos espaços onde a masculinidade era símbolo maior, pois se permitiu que as mulheres se apropriassem e reconstruíssem esse espaço da forma delas, ou seja, ao criar uma instituição de mulheres dentro da instituição de homens aceitou-se que as mulheres não se apropriassem do poder masculino, mas sim que forjassem outra forma de poder que as identificassem.

Logo, na instituição militar, surge o medo do homem na perda da sua identidade e a mulher na busca da conservação da sua identidade, ou seja, numa corporação histórica e socialmente considerada masculina, conduzem tanto os homens quanto as mulheres a um conflito de preservação de suas identidades.

As policiais femininas paraenses foram submetidas a trinta anos de adestramento, a violência simbólica numa relação construída no seu interior a qual foi incorporada à organização na vida cotidiana. Foi preciso

superar-se, desconstruir uma imagem, construir outra, mais adequada à organização e seus processos de gestão justificando estes atos para alcançar determinados fins. Segundo as próprias oficiais femininas, todos os fins justificaram os meios, tendo todas superado seus medos, suas dúvidas. Todas compreenderam o mundo em que viveram de forma positiva, confirmando a premissa que os corpos foram domados de tal modo que foi difícil compreender a relação de dominação masculina e docilização dos corpos pelas quais passaram em sua trajetória profissional.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Palmira das Neves. **Vinte anos da inclusão da mulher na polícia militar do Amapá: estudo sobre as relações profissionais e as relações de gênero: equidade ou diferença?**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade do Estado do Ceará, Fortaleza, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 142-150, jan./mar. 2004.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **Constituição de Mulheres em Policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. 2003. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **RAM**, v. 11, n. 3, maio/jun. 2010.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Gênero: uma questão feminina?**. Campinas: UNICAMP, 1998. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/genero.htm>. Acesso em: 30 jan. 2011.

DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude. Trajetórias profissionais e formas identitárias: uma teorização. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (org.). **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Senac, 2006. p. 167-187.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Portugal: Porto Editora, 2005.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Revista Educação & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 13-30, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LIMA, Mirian Assumpção de. **A major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NUMMER, Fernanda Valli. **“Ser Brigadiano” ou “Trabalhar na Brigada”**: estilos de vida entre Soldados da Brigada Militar. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar**: o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EDUFF, 2005.

SOARES, Bárbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, Bárbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Polícia e gênero**: participação e perfil das polícias femininas nas PMs brasileiras. **Revista Gênero**, v. 5, n. 1, 2004.

XAVIER, Ana Paula da Silva. **Participação feminina na Polícia Militar do Pará**: buscando a Integração entre os Gêneros. 2008. Monografia. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.